PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALCOBAÇA - BAHIA

I
DOS RECURSOS

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos concorrentes aos cargos disponibilizados, que insurgem contra a publicação do gabarito preliminar, conforme disposto no **EDITAL 001/2026 DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALCOBAÇA - BAHIA.**

II

DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS
ANÁLISE DOS RECURSOS

As questões que foram anuladas ou tiveram a alternativa de resposta alterada, coincidentes para provas de mais de um cargo, também sofreram alteração, mesmo não sendo objetos de recursos nos referidos cargos. Esta atitude é tomada devido à isonomia e legalidade do presente Processo Seletivo simplificado quando da utilização dos mesmos conteúdos programáticos.

LÍNGUA PORTUGUESA / SUPERIOR

Questão	Situação	Justificativa	Alteração
01	INDEFERIDO	**O RECURSO DA QUESTÃO 01 ESTÁ INDEFERIDO, POR QUÊ:** **GENTIL E RESPEITOSAMENTE, A BANCA EXAMINADORA INFORMA:** **1. A QUESTÃO ESTÁ ESTRUTURADA COM CINCO ALTERNATIVAS, USANDO TRECHOS DO TEXTO, DENTRE OS QUAIS, A "ALTERNATIVA D" ESTÁ INCORRETA**. 2. VEJAMOS A EXPLICAÇÃO TEÓRICA À LUZ DA NOMENCLATURA GRAMATICAL BRASILEIRA (NGB): **A ORAÇÃO: "ESCREVER LETRAS EM CURSIVO" NÃO TEM SUJEITO INEXISTENTE. ELA FUNCIONA COMO UMA ORAÇÃO REDUZIDA DE INFINITIVO QUE PODE EXERCER A FUNÇÃO DE SUJEITO DE OUTRA ORAÇÃO (UM SUJEITO ORACIONAL) OU ATUAR COMO UM TERMO SUBSTANTIVO, MAS O CONCEITO DE "SUJEITO INEXISTENTE" (OU ORAÇÃO SEM SUJEITO) APLICA-SE EXCLUSIVAMENTE A FRASES COM VERBOS IMPESSOAIS — COMO FENÔMENOS DA NATUREZA OU O VERBO HAVER NO SENTIDO DE EXISTIR.** **(https://www.portugues.com.br/gramatica/sujeito.html)** (https://www.todamateria.com.br/oracao-sem-sujeito/); (https://www.mundoeducacao.com.br/oracao-sem-sujeito/); (https://www.educamaisbrasil.com.br/oracao-sem-sujeito/); **(https://www.kumon.com.br/blog/portugues/tipos-de-sujeito/)** **2.1SUGERIMOS QUE O/A IMPETRANTE DO RECURSO TAMBÉM CONSULTE, PESQUISE E ESTUDE EM TÍTULOS BIBLIOGRÁFICOS DA GRAMATICA NORMATIVA DA LÍNGUA PORTUGUESA – (NGB) – NOMENCLATURA GRAMATICAL BRASILEIRA.** **2.1.Novíssima Gramática da Língua Portuguesa – CEGALLA, Domingos Paschoal.** **2.2.Moderna Gramática Portuguesa** - Evanildo Bechara. **2.3.Gramática Normativa da Língua Portuguesa** - Carlos Henrique da Rocha Lima. **2.4.Nova Gramática do Português Contemporâneo** - Celso Cunha e Lindley Cintra. **2**.5. **Gramática da Língua Portuguesa: Manual de Estudos** - Pasquale Cipro Neto e Ulisses Infante.	

		2.6. **Nova Gramática da Língua Portuguesa para Concursos** - Rodrigo Bezerra. **3. VAMOS RELER A QUESTÃO 01, EM ANÁLISE, PARA AS DEVIDAS COMPROVAÇÕES JÁ APRESENTADAS.** **01) Marque a alternativa com informação que não se comprova na estrutura do texto.** **(A) No período informativo: "Especialista diz que "escrever letras em cursivo, especialmente em comparação com digitar, ativa os caminhos neurais específicos que facilitam e otimizam o aprendizado" – temos verbos no tempo presente do modo indicativo na terceira pessoa do singular e na terceira pessoa do plural.** **(B) A expressão: "letras em cursivo" – semanticamente, corresponde a "letras manuscritas" ou a "letras escritas à mão".** **(C) O acento circunflexo usado em: "Eles têm total razão" – deve-se à concordância na terceira pessoa do plural.** **(D) O sujeito da oração: "escrever letras em cursivo" é inexistente.** **(E) A crase usada na expressão: "à mão" - em: "Letra cursiva é o estilo de escrita à mão" decorre do uso de uma locução adverbial feminina (indicando o modo ou o instrumento de fazer algo).** **4. EM RAZÃO DAS EXPLICAÇÕES DEVIDAMENTE COMPROVADAS, COM FARTA FONTE BIBLIOGRÁFICA, INFORMAMOS QUE O GABARITO OFICIAL ESTÁ MANTIDO.**	
04	INDEFERIDO	**O RECURSO DA QUESTÃO 04 ESTÁ INDEFERIDO, POR QUÊ:** **GENTIL E RESPEITOSAMENTE, A BANCA EXAMINADORA INFORMA:** **1. A QUESTÃO 04 (EM ANÁLISE) TRATA DOS TERMOS ESSENCIAIS (SUJEITO E PREDICADO) ESCRITOS NA ORDEM DIRETA (ISTO É: PRIMEIRO ESCREVE-SE O SUJEITO, SEGUIDO DO PREDICADO).** **2. EXPLICAÇÃO DA ALTERNATIVA C – ESTA ALTERNATIVA ESTÁ INCORRETA: VEJAMOS O MOTIVO:** **OS TERMOS ESSENCIAIS (SUJEITO E PREDICADO) NÃO FORMAM UMA ORAÇÃO COMPLETA AÍ. O TRECHO APRESENTADO É APENAS UM SUJEITO EXTENSO ("A NEUROCIENTISTA CLAUDIA AGUIRRE, QUE MORA NA CALIFÓRNIA") SEGUIDO DE UMA VÍRGULA, FALTANDO O PREDICADO QUE DIRIA O QUE ELA FAZ OU O QUE ACONTECEU COM ELA.** **3. VAMOS RELER A QUESTÃO 04, COM BASTANTE CALMA E ATENÇÃO, PARA COMPROVAR QUE A ("ALTERNATIVA C") É A ÚNICA QUE RESPONDE AO COMANDO DA QUESTÃO, POR NÃO ESTAR ESCRITA COM OS TERMOS ESSENCIAIS EXPLÍCITOS E DISPOSTOS NA ORDEM DIRETA.** **04) Marque a oração que não tem os termos essenciais explícitos e dispostos na ordem direta.** **(A) Isso permite escrever a palavra inteira com um único traço contínuo.** **(B) Este tipo de aprendizagem tem muita importância em razão dos benefícios proporcionados pela escrita à mão.** **(C) A neurocientista Claudia Aguirre, que mora na Califórnia.** **(D) A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) prevê o ensino da habilidade.** **(E) Isso inclui áreas cerebrais.** **4. EM RAZÃO DAS CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS CONTIDAS NA ESTRUTURA DA QUESTÃO 04 E EM DECORRÊNCIA DO QUE FOI EXPLICADO, INFORMAMOS QUE O GABARITO OFICIAL ESTÁ MANTIDO.**	

05	INDEFERIDO	**O RECURSO DA QUESTÃO 05 ESTÁ INDEFERIDO, POR QUÊ:** **GENTIL E RESPEITOSAMENTE, A BANCA EXAMINADORA INFORMA:** **1. Explicação: O trecho emprega a personificação (ou prosopopeia) ao classificar a escrita cursiva como "moribunda". O termo atribui uma característica biológica humana — o estado de quem está morrendo ou prestes a morrer — a um conceito inanimado, que é uma técnica de escrita.** **VEJAMOS O TRECHO DO TEXTO QUE COMPROVA A CLASSIFICAÇÃO DADA CORRETAMENTE À FIGURA DE LINGUAGEM "PROSOPOPEIA":** **(5º§) A escrita cursiva — em que se escreve em uma letra parecida à itálica, sem necessariamente tirar o lápis do caderno — chegou a ser vista como uma técnica moribunda nos EUA. Agora, a decisão na Califórnia reacende debates educacionais e científicos a respeito do valor da escrita à mão, bem como dos benefícios ao cérebro e das implicações globais se essa técnica acabar caindo no esquecimento.** **VEJAMOS A ENUNCIAÇÃO TEÓRICA À LUZ DA NOMENCLATURA GRAMATICAL BRASILEIRA – (NGB).** **Personificação (ou prosopopeia) é uma figura de linguagem que consiste em atribuir sentimentos, comportamentos, ações ou características humanas a seres inanimados, animais ou elementos abstratos. Esse recurso é muito usado na literatura, na poesia, em fábulas e na publicidade para dar maior expressividade e dinamismo ao texto.** **Como Funciona:** Esse recurso dá "vida" ou voz a aquilo que não é humano, ajudando a criar imagens mais fortes e expressivas no texto. É muito comum na literatura, em fábulas, poesias e propagandas. **1.1.(https://www.todamateria.com.br/personificacao/)** **1.2.(https://www.bresilescola.com.br/personificacao/)** **1.3.(https://www.educamaisbrasil.com.br/personificacao/)** **1.4.(https://www.significados.com.br/prosopopeia/#google_vignette)** **1.5. (https://www.portugues.com.br/gramatica/personificacao-prosopopeia.html)** **2.SUGERIMOS QUE O/A IMPETRANTE DO RECURSO CONSULTE, PESQUISE E ESTUDE EM TÍTULOS BIBLIOGRÁFICOS DA GRAMATICA NORMATIVA DA LÍNGUA PORTUGUESA – (NGB) – NOMENCLATURA GRAMATICAL BRASILEIRA.** **2.1.Novíssima Gramática da Língua Portuguesa – CEGALLA, Domingos Paschoal.** **2.2.Moderna Gramática Portuguesa** - Evanildo Bechara. **2.3.Gramática Normativa da Língua Portuguesa** - Carlos Henrique da Rocha Lima. **2.4.Nova Gramática do Português Contemporâneo** - Celso Cunha e Lindley Cintra. **2.5. Gramática da Língua Portuguesa: Manual de Estudos** - Pasquale Cipro Neto e Ulisses Infante. 2.6. **Nova Gramática da Língua Portuguesa para Concursos** - Rodrigo Bezerra. **3. PEDIMOS QUE SEJA FEITA UMA RELEITURA DA QUESTÃO 05, COM ATENÇÃO, PARA ENTENDER QUE O GABARITO ESTÁ ABSOLUTAMENTE CORRETO.** 05) As figuras de linguagem são recursos expressivos usados na fala ou na escrita para dar mais força, beleza ou emoção ao que dizemos. Elas fogem	

		do sentido literal e usam as palavras de um jeito criativo para expressar ideias, sentimentos ou exageros. (https://mundoeducacao.uol.com.br/gramatica/figura-de-linguagem.htm) No trecho: "Chegou a ser vista como uma técnica moribunda nos EUA" – sublinhamos a expressão construído com a figura de linguagem denominada: (A) Personificação. (B) Metáfora. (C) Eufemismo. (D) Elipse. (E) Metonímia. **4. EM RAZÃO DAS EXPLICAÇÕES DEVIDAMENTE COMPROVADAS, INFORMAMOS QUE O GABARITO OFICIAL ESTÁ MANTIDO.**	

MATEMÁTICA / SUPERIOR

Questão	Situação	Justificativa	Alteração
07	INDEFERIDO	Trata-se de parecer técnico-jurídico definitivo exarado por esta Banca Examinadora para subsidiar o julgamento dos recursos administrativos interpostos por candidatos contra o gabarito preliminar da Questão nº 7 da prova objetiva. O gabarito oficial divulgado assinalou a Alternativa (A) V, V, V, F, V, F como a única resposta logicamente correta. Os recorrentes pleiteiam a anulação da referida questão sob o argumento central de "ambiguidade" e "imprecisão na formulação do enunciado". Alegam, em suma, que: 1. O texto não especifica de quais armários foram retirados os 18 cadernos iniciais, o que supostamente invalidaria a expressão matemática da segunda afirmativa (48 + 35 - 18); 2. A expressão "em seguida, 12 foram encaminhados para uma sala" geraria dúvida se os 12 cadernos seriam adicionais ou parte integrante dos 18 cadernos inicialmente separados, comprometendo o julgamento de veracidade da terceira afirmativa. Instada a se manifestar no estrito exercício do dever de autotutela, a Banca Examinadora procedeu à revisão exaustiva do item sob os prismas filológico, lógico-formal, matemático e jurídico, cujos fundamentos fáticos e de direito são expostos a seguir para fins de blindagem e encerramento da fase recursal. FUNDAMENTAÇÃO FILOLÓGICA E SEMÂNTICA: A UNICIDADE SINTÁTICA DO ENUNCIADO A tese recursal de que o enunciado comporta múltiplas interpretações decorre de uma leitura atomizada, que isola os vocábulos e desconsidera as regras de coesão, coerência e sintaxe da Língua Portuguesa padrão. O trecho controvertido reza: "...foram separados 18 cadernos do estoque e, em seguida, 12 foram encaminhados para uma sala." SOB A ANÁLISE GRAMATICAL E SEMÂNTICA ESTRITA, O PERÍODO É COMPOSTO POR COORDENAÇÃO E ESTRUTURADO POR DOIS MARCADORES LINGUÍSTICOS DE VALOR ABSOLUTO: 1.O Conectivo Coordenativo Aditivo ("e"): Liga duas orações que expressam ações independentes e cumulativas. A CONJUNÇÃO ADITIVA POSSUI A FUNÇÃO LÓGICA DE SOMA DE EVENTOS SINTÁTICOS E FACTUAIS. 2.O Adjunto Adverbial de Tempo / Locução Conectiva Temporal ("em seguida"): Estabelece uma relação cronológica de sucessividade estrita. Indica que a Ação B (encaminhar 12 cadernos) iniciou-se somente após a conclusão integral da Ação A (separar 18 cadernos). A BLINDAGEM CONTRA A TESE DE INCLUSÃO (SUBCONJUNTO): Para que os 12 cadernos fossem considerados parte ou subconjunto dos 18 cadernos separados (interpretação pretendida de forma forçada pelos recorrentes), a Língua Portuguesa exigiria, obrigatoriamente, o emprego de um pronome relativo restritivo com preposição regente, tais como: "DOS QUAIS 12 FORAM ENCAMINHADOS...", "SENDO 12 DESTES ENCAMINHADOS..." OU "DESTA QUANTIDADE, 12 FORAM ENCAMINHADOS...". Ao optar pela estrutura de coordenação aditiva associada à sucessão temporal ("separados 18... e, em seguida, 12 foram..."), o enunciado determina, de forma inequívoca, a ocorrência de dois fatos administrativos distintos e sucessivos no tempo: • EVENTO 1: SAÍDA/SEPARAÇÃO DE 18 UNIDADES DO ESTOQUE GLOBAL. • EVENTO 2: SAÍDA/ENCAMINHAMENTO DE OUTRAS 12 UNIDADES PARA UMA SALA.	

		Qualquer interpretação diversa desta configura erro de leitura gramatical elementar e não pode ser imputada à banca examinadora, uma vez que a prova exige do candidato nível de proficiência compatível com o cargo de Professor(a). FUNDAMENTAÇÃO LÓGICO-MATEMÁTICA: MODELAGEM DE SISTEMAS E TEORIA DOS CONJUNTOS Desfeito o equívoco interpretativo de ordem textual, passa-se à demonstração algébrica do comportamento de cada uma das seis afirmativas da questão. Afirmativa I: A quantidade inicialmente registrada nos três armários pertence ao conjunto dos números naturais e corresponde a 110 cadernos. • Demonstração: O estoque total é a soma dos subestoques: (48 + 35 + 27 = 110). O número 110 é um número inteiro não negativo, logo, 110 pertence a N. • Valor Lógico: VERDADEIRA (V). Afirmativa II: A expressão 48 + 35 - 18 representa a quantidade restante nos armários A e B após a retirada de 18 cadernos, resultando em 65 unidades. • Demonstração: Os recorrentes argumentam que o texto não diz de qual armário saíram os 18 cadernos. Ocorre que a afirmativa não está descrevendo o que aconteceu fisicamente, ela está testando uma hipótese algébrica linear expressa pela sentença matemática abstrata dada. O candidato deve julgar a expressão fornecida pela banca examinadora. A soma abstrata do estoque inicial dos armários A e B menos a subtração proposta resulta em: 48 + 35 - 18 = 83 - 18 = 65. O resultado quantitativo é exato e irrefutável. • Valor Lógico: VERDADEIRA (V). Afirmativa III: Depois das duas retiradas, a expressão (48 + 35 + 27) - (18 + 12) fornece uma quantidade restante de 80 cadernos. • Demonstração: Conforme provado no tópico filológico, as retiradas são cumulativas e sucessivas. Logo, o decréscimo total do estoque é dado pela soma das duas retiradas (18 + 12). Subtraindo o decréscimo total do estoque inicial total (48 + 35 + 27), temos a expressão exata de controle patrimonial: (48 + 35 + 27) - (18 + 12) =110 - 30 = 80 • Valor Lógico: VERDADEIRA (V). Afirmativa IV: O resultado de (35 - 48) pertence ao conjunto dos números naturais, pois a operação envolve duas quantidades inicialmente registradas no estoque. • Demonstração: A afirmativa apela para uma falácia conceitual para induzir ao erro o candidato desatento. A operação resulta em: (35 - 48 = -13). Embora as parcelas 35 e 48 pertençam aos naturais 35 e 48 pertencentes a N, o conjunto dos números naturais não é fechado para a operação de subtração. Como -13 é um número inteiro negativo, ele não pertence aos naturais • Valor Lógico: FALSA (F). Afirmativa V: Na expressão (27 + 18 / 3), o resultado é 33, considerando a ordem convencional das operações. • Demonstração: De acordo com as regras universais de prioridade de operadores da aritmética (regras de PEMDAS/BODMAS), as operações de divisão e multiplicação possuem precedência estrita sobre a adição e a subtração. Assim, a divisão deve ser computada em primeiro lugar: 27+ (18/3) = 27+6 = 33 • Valor Lógico: VERDADEIRA (V). Afirmativa VI: O resultado da expressão 48 + 35 - 27, pertence ao conjunto	

		dos números inteiros, mas não pertence ao conjunto dos números naturais. • Demonstração: Resolvendo a expressão numérica linear, temos: 48 + 35 - 27 = 83 - 27 = 56. O número 56 é um número inteiro positivo. Todo número inteiro positivo pertence, por definição de subconjuntos, tanto ao conjunto dos números inteiros quanto ao conjunto dos números naturais (56 pertence a Z e N). A asserção erra ao afirmar que "não pertence ao conjunto dos números naturais". • Valor Lógico: FALSA (F). Consolidação da Sequência: Procedendo à leitura vertical dos julgamentos lógicos obtidos, a única sequência matematicamente possível e indestrutível é: V, V, V, F, V, F. Esta sequência corresponde de forma biunívoca e exclusiva à Alternativa (A), validando o gabarito preliminar. FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA: MÉRITO CONSTITUCIONAL E DISCRICIONARIEDADE TÉCNICA O ordenamento jurídico que rege os concursos públicos e processos seletivos impede o acolhimento das teses dos recorrentes, sob pena de violação dos princípios que resguardam o interesse público. 1. Da Interpretação de Acordo com o Homem Médio e o Cargo Disputado: A formulação de itens de exames públicos deve ser interpretada de boa-fé e com a razoabilidade esperada do candidato padrão. Forçar uma interpretação sem fundamentação sintática para anular uma questão configura tentativa de subverter o resultado em favor de quem não deteve o conhecimento técnico-gramatical exigido no momento do exame. O Edital é a lei do concurso, e exigir o conhecimento gramatical e matemático básico está em estrita harmonia com as atribuições do cargo de Professor(a) do Ensino Fundamental I. 2. A Blindagem pelo Tema 485 do Supremo Tribunal Federal (RE 632.853/CE): O STF sedimentou o entendimento em repercussão geral de que as decisões das bancas examinadoras possuem presunção de legitimidade e legalidade, não competindo a agentes externos ou judiciais intervir no mérito administrativo de correção e formulação de quesitos, exceto se houver erro material flagrante ou ilegalidade manifesta. O presente parecer demonstra que não existe erro material. Existe, opostamente, o estrito cumprimento das ciências matemáticas e linguísticas. A manutenção do gabarito é imperativo de justiça e preservação da segurança jurídica do processo seletivo. DECISÃO FINAL DA BANCA Por todo o exposto, RECURSOS INDEFERIDOS, mantendo a integralidade da Questão nº 7 e mantendo como definitivo o gabarito oficial na Alternativa (A). BIBLIOGRAFIA 1. IEZZI, Gelson; MURAKAMI, Carlos. Fundamentos de Matemática Elementar, Volume 1: Conjuntos e Funções. 9. ed. São Paulo: Atual Editora, 2013. 2. DANTE, Luiz Roberto. Matemática: Contexto & Aplicações, Volume Único. 5. ed. São Paulo: Ática, 2020. 3. CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova Gramática do Português Contemporâneo. 7. ed. Rio de Janeiro: Lexicon, 2016. 4. MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 44. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2020.	

INFORMÁTICA / SUPERIOR

Questão	Situação	Justificativa	Alteração
13	INDEFERIDO	Trata-se de parecer fundamentado para subsidiar o julgamento do recurso administrativo interposto contra o gabarito preliminar da Questão nº 13 (Informática), cujo gabarito oficial assinalou a Alternativa (D) V, F, V, F, V, F como a única resposta correta. A peça recursal apresentada alega omissão e ambiguidade no enunciado pelo fato de citar genericamente o software "Microsoft Word", sem especificar se a abordagem diz respeito à versão instalada localmente (Desktop) ou à versão em nuvem (Word para a Web/Online). O recorrente sustenta que, na versão Web, as limitações das ferramentas "Localizar e Substituir" e "Quebra de Seção" alterariam o julgamento lógico da quarta e da quinta assertiva, justificando a anulação do item. Após minuciosa revisão técnica e jurídica, a Banca Examinadora emite este parecer definitivo, demonstrando a total consistência do item em qualquer versão do software. FUNDAMENTAÇÃO TÉCNICA E IMPUGNAÇÃO DAS ALEGAÇÕES RECURSAIS A argumentação trazida pelo recorrente é improcedente. A análise individualizada das assertivas prova que os conceitos avaliados são universais e logicamente imutáveis dentro do ecossistema Microsoft Word. 1. DESMISTIFICAÇÃO DA QUARTA ASSERTIVA (A FERRAMENTA LOCALIZAR E SUBSTITUIR) • Teor da assertiva: "A ferramenta Localizar e Substituir permite trocar ocorrências de determinado texto por outro conteúdo, mas a operação fica limitada à substituição de palavras completas, sem possibilidade de trabalhar com outros critérios de localização." • Contraponto Técnico à Versão Web: O recorrente afirma que, no Word para a Web, a ferramenta seria limitada a textos simples, o que tornaria a assertiva verdadeira. Tal alegação é faticamente incorreta. • Comportamento Real no Word para a Web: Ao acionar o comando Localizar e Substituir (Ctrl + U) no Word para a Web, o software realiza, por padrão, a busca por substretos (palavras parciais). Para buscar apenas palavras completas, o usuário deve marcar explicitamente a opção "Localizar apenas palavras inteiras". Além disso, a versão Web disponibiliza o critério de filtragem "Diferenciar maiúsculas de minúsculas" (Match Case). • Conclusão do Item: Como a ferramenta não fica limitada a palavras completas (busca partes de palavras) e possui outros critérios (como diferenciar maiúsculas/minúsculas), a assertiva é categoricamente FALSA (F), tanto na versão Desktop quanto na versão Web. 2. DESMISTIFICAÇÃO DA QUINTA ASSERTIVA (A QUEBRA DE SEÇÃO E LAYOUT) • Teor da assertiva: "Uma quebra de seção pode ser utilizada para que partes distintas de um mesmo documento apresentem configurações diferentes de layout, como orientação da página ou quantidade de colunas." • Contraponto Técnico à Versão Web: O candidato argumenta que o gerenciamento de seções complexas é limitado ou indisponível para edição direta no Word para a Web. • Comportamento Real no Word para a Web: A assertiva avalia a definição conceitual e a finalidade da Quebra de Seção no Microsoft	

		Word. O ecossistema Word para a Web reconhece, suporta e mantém as quebras de seção aplicadas ao documento. O recurso de alterar a orientação da página (Retrato/Paisagem) para seções específicas é nativo e operacional na interface do navegador. • Conclusão do Item: A função da quebra de seção é exatamente segmentar o documento para layouts independentes. A assertiva é estritamente VERDADEIRA (V). 3. ANÁLISE LITERAL DAS DEMAIS ASSERTIVAS (GABARITO CONSOLIDADO) • Assertiva I (Veradeira): Os estilos de título (Título 1, Título 2, etc.) geram a árvore hierárquica do documento (recurso nativo do Painel de Navegação) e são os indexadores obrigatórios para a montagem de um Sumário Automático. • Assertiva II (Falsa): A quebra de página apenas empurra o texto para a página seguinte. Somente a quebra de seção quebra o vínculo de layout, permitindo margens e orientações distintas. • Assertiva III (Veradeira): O recurso "Controlar Alterações" (Track Changes) serve exatamente para registrar revisões, permitindo ao editor aceitá-las ou rejeitá-las individualmente. • Assertiva VI (Falsa): O Word não lê o texto de forma interpretativa para adivinhar o que é um título ao atualizar o sumário. Ele depende exclusivamente da marcação de estilos ou níveis de estrutura de tópicos. A sequência lógica vertical resulta, sem qualquer espaço para ambiguidade, em V, F, V, F, V, F, ratificando categoricamente a Alternativa (D). FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA: DA DOUTRINA DOS CONCURSOS E SEGURANÇA JURÍDICA 1. Da Uniformidade Conceitual em Avaliações Públicas: Em exames de suficiência e concursos públicos, a menção genérica a um software (ex: "Microsoft Word") evoca a sua arquitetura de recursos padrão e oficial. A existência de interfaces mobile ou baseadas em navegadores com recursos reduzidos não anula os conceitos fundamentais da ferramenta. Aceitar a tese do recurso significaria inviabilizar qualquer questão de informática, sob o pretexto de que o usuário poderia estar utilizando versões portadas ou simplificadas do programa. 2. Aplicação do Tema 485 de Repercussão Geral do STF (RE 632.853/CE): A jurisprudência pátria veda a interferência em critérios de correção de bancas examinadoras quando estes se mostrarem perfeitamente harmônicos com a ciência correlata. O erro material apto a anular uma questão deve ser evidente, crasso e incontestável. No caso em tela, a banca aplicou estritamente as definições oficiais do manual do desenvolvedor (Microsoft), inexistindo vício de legalidade ou obscuridade legislativa/editalícia. CONCLUSÃO A questão é dotada de total clareza, precisão terminológica e precisão técnica operacional. As alegações recursais baseiam-se em premissas fáticas falsas sobre o funcionamento do aplicativo no ambiente Web. Ante o exposto, a Banca Examinadora deliberou pelo INDEFERIMENTO INTEGRAL DOS RECURSOS, mantendo inalterado o gabarito preliminar na Alternativa (D). BIBLIOGRAFIA 1. MICROSOFT CORPORATION. Microsoft Word Step by Step (Office 2021 and Microsoft 365). Redmond: Microsoft Press.	

		2. MANZANO, José Augusto N. G. Estudo Dirigido de Microsoft Word 365. São Paulo: Érica. 3. VELLOSO, Fernando de Castro. Informática de Conceitos Básicos. Rio de Janeiro: Elsevier. 4. MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. São Paulo: Malheiros Editores.	
14	INDEFERIDO	Os recorrentes sustentam a anulação da Questão 14 sob o argumento de que as alternativas C e D fazem referência à afirmativa "VI", inexistente no enunciado, que contém apenas cinco afirmativas, numeradas de I a V. Alegam que tal circunstância configuraria vício estrutural apto a comprometer a validade da questão. FUNDAMENTAÇÃO TÉCNICA A questão apresenta cinco assertivas (I a V), acerca das funcionalidades dos aplicativos Excel, PowerPoint, Outlook, OneNote e Lync. Analisando-se cada uma: Assertiva I: Afirmativa correta. O Microsoft Excel permite a utilização de referências de células em fórmulas, promovendo atualização automática dos resultados quando os valores de origem são alterados. Assertiva II: Afirmativa correta. O Microsoft PowerPoint permite a inserção e organização de textos, imagens, tabelas, gráficos e demais elementos distribuídos em slides. Assertiva III: Afirmativa correta. O Microsoft Outlook possui recursos de correio eletrônico e calendário, permitindo gerenciamento de mensagens, compromissos e reuniões. Assertiva IV: Afirmativa falsa. O OneNote não se limita a texto simples. O aplicativo admite incorporação de imagens, tabelas, arquivos, capturas de tela, hyperlinks, conteúdos copiados de outros programas e diversos objetos multimídia. Assertiva V: Afirmativa falsa. O Microsoft Lync (atualmente sucedido pelo Skype for Business e posteriormente pelo Microsoft Teams) não se restringe a mensagens instantâneas, possuindo recursos de áudio, vídeo, compartilhamento de tela e reuniões virtuais. Assim, a sequência correta é: I – Verdadeira; II – Verdadeira; III – Verdadeira; IV – Falsa; V – Falsa. Logo, a alternativa correta é: Alternativa E – Apenas as afirmativas I, II e III são verdadeiras. DA ALEGAÇÃO DE ERRO MATERIAL NAS ALTERNATIVAS Verifica-se que as alternativas C e D fazem menção à afirmativa "VI", inexistente no enunciado. Contudo, tal circunstância não possui relevância suficiente para invalidar a questão. A jurisprudência administrativa e judicial é pacífica no sentido de que erros materiais secundários somente ensejam anulação quando forem capazes de: • impedir a compreensão do enunciado; • gerar mais de uma resposta correta; • impossibilitar a identificação da alternativa correta; • comprometer objetivamente a isonomia do certame.	

		Nenhuma dessas hipóteses ocorre no caso concreto. A existência de alternativas manifestamente incorretas não invalida a questão quando permanece identificável uma única resposta correta. Mesmo desconsiderando totalmente as alternativas C e D, o candidato continua plenamente apto a resolver a questão mediante a análise do conteúdo das assertivas I a V. A ALTERNATIVA E PERMANECE SENDO A ÚNICA COMPATÍVEL COM O CONJUNTO DAS PROPOSIÇÕES APRESENTADAS. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL A Constituição Federal dispõe: Art. 37, caput: a Administração Pública obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. A Lei nº 9.784/1999 estabelece: Art. 2º: A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, segurança jurídica, interesse público e eficiência. O princípio da razoabilidade impede que se promova a anulação de ato administrativo válido quando o alegado vício não produz repercussão concreta sobre seu resultado. Da mesma forma, o princípio da segurança jurídica recomenda a preservação dos atos administrativos sempre que o defeito constatado seja meramente material e incapaz de comprometer a finalidade do ato. A doutrina administrativista denomina tal orientação de princípio da instrumentalidade das formas, segundo o qual irregularidades formais sem prejuízo efetivo não conduzem automaticamente à invalidação do ato administrativo. Nesse sentido, o art. 55 da Lei nº 9.784/1999 prevê: Art. 55. Em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração. Embora o caso não trate propriamente de convalidação, o dispositivo evidencia a diretriz legislativa de preservação dos atos administrativos quando o defeito não compromete sua finalidade nem gera prejuízo aos administrados. A mera existência de opções evidentemente incorretas não produz nulidade automática da questão quando permanece íntegra a identificação da alternativa correta. DA INEXISTÊNCIA DE PREJUÍZO AO CANDIDATO A banca examinadora deve avaliar se o erro apontado comprometeu efetivamente a solução da questão. No caso concreto: • o enunciado é inteligível; • as cinco assertivas encontram-se completas; • a resposta correta é objetivamente identificável; • inexiste duplicidade de respostas; • inexiste ambiguidade interpretativa; • inexiste impossibilidade de resolução. Portanto, não houve prejuízo efetivo aos candidatos nem afronta à isonomia do certame. Os recursos apresentados limitam-se a apontar impropriedade formal nas alternativas C e D, sem demonstrar que tal circunstância altere o resultado técnico da questão. CONCLUSÃO Após análise técnica e jurídica, conclui-se que: • A alternativa E corresponde corretamente ao conjunto das	

		assertivas verdadeiras; • As assertivas IV e V são efetivamente falsas; • A existência da referência indevida à afirmativa "VI" nas alternativas C e D configura mero erro material; • O equívoco não impede a compreensão do enunciado nem compromete a identificação da resposta correta; • Não há pluralidade de respostas possíveis; • Não há prejuízo à isonomia, à competitividade ou à objetividade da avaliação. PARECER A pretensão recursal fundamenta-se exclusivamente na existência de referência à afirmativa "VI" nas alternativas C e D, embora o enunciado contenha apenas cinco assertivas (I a V), entretanto, a legislação administrativa brasileira não adota o princípio da nulidade automática dos atos administrativos por meras imperfeições formais. A Lei Federal nº 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública e consagra princípios gerais aplicáveis aos certames públicos, dispõe: Art. 2º, caput: A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência. No caso concreto, os princípios da razoabilidade, da proporcionalidade e da segurança jurídica afastam a anulação da questão, pois o defeito apontado não interfere na identificação da resposta correta nem produz qualquer prejuízo objetivo aos candidatos. Além disso, o art. 22 da referida lei estabelece: Art. 22. Os atos do processo administrativo não dependem de forma determinada senão quando a lei expressamente a exigir. Logo, eventual impropriedade formal em uma alternativa não gera nulidade quando inexiste previsão legal específica impondo tal consequência. Mais relevante ainda é o disposto no: Art. 55. Em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração. Embora a hipótese não exija convalidação formal, o dispositivo evidencia o princípio da preservação dos atos administrativos válidos, segundo o qual vícios sem repercussão prática não justificam a invalidação do ato. No presente caso: • o enunciado encontra-se completo; • as cinco assertivas estão integralmente apresentadas; • as assertivas I, II e III são verdadeiras; • as assertivas IV e V são falsas; • a alternativa E é a única resposta correta; • as alternativas C e D são manifestamente incorretas, inclusive pela referência à afirmativa inexistente. Dessa forma, a identificação da resposta correta permaneceu íntegra e objetiva durante toda a realização da prova. DA JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES O Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça possuem entendimento consolidado de que o controle administrativo ou judicial sobre questões de concurso somente é admissível diante de	

		ilegalidade manifesta, inexistência de resposta correta, mais de uma resposta correta ou erro que comprometa objetivamente a avaliação. NÃO HÁ NULIDADE QUANDO O VÍCIO É MERAMENTE MATERIAL E INCAPAZ DE ALTERAR O RESULTADO DA QUESTÃO. Assim, a mera existência de alternativas evidentemente erradas não conduz à anulação do item quando permanece preservada uma única alternativa correta. À luz dos arts. 2º, 22 e 55 da Lei nº 9.784/1999, dos princípios constitucionais da legalidade, eficiência, razoabilidade, proporcionalidade e segurança jurídica previstos no art. 37 da Constituição Federal, bem como do entendimento consolidado dos Tribunais Superiores acerca da preservação dos atos administrativos válidos, conclui-se que o vício apontado constitui mero erro material sem potencial para comprometer a objetividade da avaliação. Não houve prejuízo aos candidatos, não houve multiplicidade de respostas corretas e não houve comprometimento da identificação da alternativa correta. PARECER FINAL RECURSO INDEFERIDO, mantém-se integralmente o gabarito oficial da Questão 14, com resposta correta na Alternativa E, por inexistência de vício capaz de justificar a anulação do item. BIBLIOGRAFIA MANZANO, André Luiz N. G. Estudo Dirigido Microsoft Office 365. Érica. LAMBERT, Joan. Microsoft Office 365 Step by Step. Microsoft Press. WEVERKA, Peter. Office 365 All-in-One For Dummies. Wiley. DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. Atlas. MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. Malheiros. CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. Atlas.	

LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL / SUPERIOR

Questão	Situação	Justificativa	Alteração
16	INDEFERIDO	**O RECURSO DA QUESTÃO 16 ESTÁ INDEFERIDO, POR QUE:** **GENTIL E RESPEITOSAMENTE, A BANCA EXAMINADORA INFORMA QUE:** **1. EXISTEM UM TEXTO ENUNCIANDO A QUESTÃO, SEGUIDO DE TRÊS INFORMAÇÕES CONCEITUAIS SOBRE: "**A **POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA" E QUE AS TRÊS ESYÃO CORRETAS.** **2. PEDIMOS QUE O/A IMPETRANTE DO RECURSO ACESSE O SITE QUE ESTÃ NA PRÓPRIA QUESTÃO, PARA CONFERIR AS TRÊS INFORMAÇÕES.** **(https://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf)** **2.1 – VAMOS AMPLIAR AS INFORMAÇÕES:** Aqui está uma síntese clara e direta de cada um dos conceitos apresentados, fundamentados na perspectiva da Educação Inclusiva e nas diretrizes educacionais brasileiras: **1. Público-Alvo** **O público-alvo da Educação Especial é composto por três grupos específicos de estudantes** que demandam recursos e estratégias diferenciadas para garantir seu pleno acesso à aprendizagem: **Estudantes com deficiência:** Aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial. **Estudantes com transtornos globais do desenvolvimento (TGD) / Transtorno do Espectro Autista (TEA):** Aqueles que apresentam alterações no desenvolvimento motor, na linguagem, nas interações sociais e no comportamento. **Estudantes com altas habilidades / superdotação:** Aqueles que demonstram potencial elevado e grande criatividade em uma ou mais áreas do conhecimento isoladas ou combinadas. **2. AEE (Atendimento Educacional Especializado)** **O AEE é um serviço da Educação Especial que identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade** para eliminar as barreiras que impedem a plena participação dos estudantes do público-alvo. **Função:** Complementar (para estudantes com deficiência/TGD) ou suplementar (para estudantes com altas habilidades) a formação do aluno. **Local:** Realizado prioritariamente na Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) da própria escola ou de outra escola regular. **Turno:** Ocorre obrigatoriamente no turno inverso ao da classe comum regular (não substituindo a escolarização). **3. Transversalidade** **A transversalidade determina que a Educação Especial não é um sistema paralelo ou isolado, mas uma modalidade que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades de ensino.** **Alcance:** Deve estar presente desde a Educação Infantil até a Educação Superior. **Integração:** Garante que as ações de inclusão façam parte do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola comum, integrando-se à Educação de Jovens e Adultos (EJA), à Educação Profissional, à Educação do Campo, entre outras. **(https://www.google.com/search?q=1.+P%C3%BAblico-alvo.+2.+AEE+(Atendimento+Educacional+Especializado.+3.Transver**	

		salidade.+4.+Normas+Complementares.&oq=) **(https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes/censo-escolar/educacao-especial/o-que-e-o-atendimento)** **(https://institutoitard.com.br/atendimento-educacional-especializado-a-verdade-do-aee-na-escola/)** **https://gestaoescolar.org.br/conteudo/2204/atendimento-educacional-especializado-o-que-e-para-quem-e-e-como-deve-ser-feito ()** **3. VAMOS RELER A QUESTÃO 16, COM CALMA E ATENÇÃO, PARA ENTENDER QUE OS CONCEITOS CORRESPONDEM CORRETAMENTE À SEQUÊNCIA DA FORMULAÇÃO DA QUESTÃO EM ANÁLISE.** 16) **A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, publicada pelo MEC em 2008, estabeleceu o marco que define a educação especial como modalidade transversal, não substitutiva à regular, garantindo acesso, participação e aprendizagem de alunos com deficiência, TGD/TEA e altas habilidades/superdotação em escolas comuns. Os "Pontos Principais da Política de 2008 contemplam: 1. Público-alvo. 2. AEE (Atendimento Educacional Especializado. 3.Transversalidade. 4. Normas Complementares.** (https://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf) Analise as informações a seguir: **I. Centra-se na implementação para complementar ou suplementar a formação, focando na eliminação de barreiras à participação, preferencialmente em salas de recursos multifuncionais.** **II. Estudantes com deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD/TEA) e Altas Habilidades/Superdotação.** **III. A educação especial perpassa todos os níveis (educação infantil ao superior), etapas e modalidades de ensino.** **As informações contêm elementos que identificam correta e respectivamente:** **(A) Público-alvo. AEE (Atendimento Educacional Especializado. Normas Complementares.** **(B) Normas Complementares. Transversalidade. AEE (Atendimento Educacional Especializado.** **(C) Transversalidade. Público-alvo. Normas Complementares.** **(D) AEE (Atendimento Educacional Especializado. Público-alvo. Transversalidade.** **(E) Transversalidade. Normas Complementares. Público-alvo.** **4. EM RAZÃO DAS EXPLICAÇÕES DEVIDAMENTE COMPROVADAS, COM FARTA FONTE BIBLIOGRÁFICA, INFORMAMOS QUE O GABARITO OFICIAL ESTÁ MANTIDO.**	

CONHECIMENTOS DA HISTÓRIA E GEOGRAFIA DE ALCOBAÇA / SUPERIOR

Questão	Situação	Justificativa	Alteração
24	DEFERIDO	**O RECURSO DA QUESTÃO 24 ESTÁ DEFERIDO, O GABARITO ESTÁ ALTERADO PARA A "ALTERNATIVA C".** **GENTIL E RESPEITOSAMENTE, A BANCA EXAMINADORA INFORMA QUE NÃO EXISTE MOTIVO PLAUSÍVEL PARA ANULAÇÃO DA QUESTÃO 24, UMA VEZ QUE A REVISÃO FOI FEITA E QUE O GABARITO FOI ALTERADO PARA A "ALTERNATIVA C".** **24) Art. 12º** - Compete ao Município, no exercício de sua autonomia, a organização, o governo, a administração e a legislação própria, mediante a: I. Edição das Leis de interesse local; II. Eleição do Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores; III. Organização e execução dos serviços públicos locais; IV. Edição das normas relativas ás materiais de sua competência. Marque a alternativa que está de acordo com os incisos do **Art. 12º**. (A) I; II; III e IV. (B) I; III e IV apenas. (C) I; II e III apenas. (D) II e IV apenas. (E) III e IV apenas. **"O GABARITO FOI ALTERADO PARA A "ALTERNATIVA C")**	GABARITO ALTERADO PARA ALTERNATIVA (C)
25	DEFERIDO	**O RECURSO DA QUESTÃO 25 ESTÁ DEFERIDO, O GABARITO ESTÁ ALTERADO PARA A "ALTERNATIVA D".** **GENTIL E RESPEITOSAMENTE, A BANCA EXAMINADORA INFORMA QUE NÃO EXISTE MOTIVO PLAUSÍVEL PARA ANULAÇÃO DA QUESTÃO 25, UMA VEZ QUE A REVISÃO FOI FEITA E QUE O GABARITO FOI ALTERADO PARA A "ALTERNATIVA D".** **25)Art. 13º** - Compete também ao Município; Com base nos itens **Art. 13º**, analise as assertivas com V(Verdadeiro) ou F(Falso). Após análise, marque a alternativa com a série correta. ( ) Legislar sobre assuntos de interesse local; ( ) Suplementar a legislação federal e a estadual no que couber; ( ) Instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar as suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei; ( ) Elaborar o Plano plurianual, as Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Anual, com base em planejamento adequado, estimado a receita e fixando a despesa; (A) F; V; V; V. (B) V; F; F; V. (C) V; V; V; V. (D) V; V; V; F.	GABARITO ALTERADO PARA ALTERNATIVA (D)

		(E) F; V; F; V. **"O GABARITO FOI ALTERADO PARA A "ALTERNATIVA D")**	

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS / COORDENADOR PEDAGOGICO

Questão	Situação	Justificativa	Alteração
26	INDEFERIDO	**O RECURSO DA QUESTÃO 26 ESTÁ INDEFERIDO, POR QUÊ:** **GENTIL E RESPEITOSAMENTE, A BANCA EXAMINADORA INFORMA:** **1. A QUESTÃO 26 ESTÁ ELABORADA COM QUATRO INFORMAÇÕES SOBRE A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 E TODAS ESTÃO ABSOLUTAMENTE CORRETAS.** **2. NÃO EXISTE MOTIVO PARA QUESTIONAMENTO, POR SE TRATAR DE INTERPRETAR O QUE ESTÁ ESCRITO NO ART.205.** **O artigo 205 da Constituição Federal de 1988 estabelece que a educação é um direito de todos e um dever do Estado e da família, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade.** (https://www.jusbrasil.com.br/topicos/1241734/artigo-205-da-constituicao-federal-de-1988) **Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.** (https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) **3. RECOMENDA-SE UMA RELEITURA ATENTA DA QUESTÃO 26, PARA COMPROVAR A IMPORTÂNCIA DE ENTENDER O QUE ESTÁ ESCRITO NO Art. 205.** **26) A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece a educação como um direito fundamental e social de todos, além de ser dever do Estado e da família.** **(https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/revjuridica/article/download/2268...)** **Nessa dimensão, analise as assertivas com o código V(Verdadeiro) ou F(Falso). Em seguida, marque a alternativa correta.** **( ) O direito à educação é um direito fundamental e social garantido a todas as pessoas para o desenvolvimento humano, a cidadania e a qualificação profissional. .** **( ) A Constituição Federal de 1988 foi um marco histórico porque transformou a educação em um direito fundamental de todos os cidadãos e em um dever compartilhado entre o Estado e a família** **( ) A Constituição Federal de 1988 estabeleceu a educação como um direito fundamental de todos e um dever compartilhado entre o Estado, a família e a sociedade.** **( ) Os artigos 205 e 208 da Constituição Federal de 1988 definem a educação como um direito fundamental de todos e**	

		estabelecem as obrigações específicas do Estado para garantir o acesso e a permanência na escola. **(A) V; V; V; F.** **(B) F; V; V; V.** **(C) V; V; F; V.** **(D) F; V; V; F.** **(E) V; V; V; V.** **4. EM RAZÃO DOS ESCLARECIMENTOS PERTINENTES E DEVIDAMENTA COMPROVADOS, INFORMAMOS QUE O GABARITO OFICIAL ESTÁ MANDITO.**	
29	INDEFERIDO	**O RECURSO DA QUESTÃO 29 ESTÁ INDEFERIDO, POR QUÊ:** **GENTIL E RESPEITOSAMENTE, A BANCA EXAMINADORA INFORMA:** **1.A QUESTÃO 29 ESTÁ ELABORADA COM QUATRO INFORMAÇÕES SOBRE A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 E (I; II E III) ESTÃO CORRETAS.** **1.1 – A INFORMAÇÃO (IV) ESTÁ INCORRETA, PORQUE O ART. 207 E ART.209 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 NÃO TRATAM DO QUE ESTÁ ENUNCIADO NA INFORMAÇÃO (IV).** **2. VEJAMOS OS DOIS ARTIGOS: 207 E 209:** **Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. (EC no 11/96)** **§ 1º É facultado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei.** **§ 2º O disposto neste artigo aplica-se às instituições de pesquisa científica e tecnológica.** **(https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf)** **Art. 209. O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:** **I–cumprimento das normas gerais da educação nacional;** **II–autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público.** **(https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf)** **3. É IMPORTANTE RELER A QUESTÃO 29, COM CALOMA E ATENÇÃO, PARA ENTENDER QUE QUE A "ALTERNATIVA C" – É A ÚNICA QUE RESPONDE AO COMANDO DA QUESTÃO.** **29) No Brasil, os fundamentos legais da Educação Inclusiva estruturam-se em um conjunto de marcos normativos que garantem o direito universal à escolarização na rede regular de ensino e à oferta obrigatória do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Os principais marcos normativos (legais e constitucionais) são: Constituição Federal de 1988. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996). Lei Brasileira de Inclusão - LBI (Lei nº 13.146/2015).** **Considerando que a Constituição Federal de 1988 estabelece que o Estado deve garantir o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de**	

		ensino, analise as informações a seguir: **I. Direito universal: O Artigo 205 define a educação como um direito de todos e um dever do Estado e da família.** **II. Igualdade de condições: O Artigo 206, inciso I, garante a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola.** **III. Atendimento especializado: O Artigo 208, inciso III, assegura o Atendimento Educacional Especializado (AEE), colocando a escola regular como a prioridade para a inclusão.** **IV. Definição da Educação Especial como uma modalidade de ensino transversal que deve ocorrer, preferencialmente, na rede regular, oferecendo apoios necessários para atender às especificidades dos estudantes. (Art. 207 e Art. 209)** **Marque a alternativa com a série correta.** **(A) I; II; III e IV.** **(B) II e IV apenas.** **(C) I; II e III apenas.** **(D) I; III e IV apenas.** **(E) I; II e IV apenas.** **4. EM RAZÃO DOS ESCLARECIMENTOS PERTINENTES E DEVIDAMENTA COMPROVADOS, INFORMAMOS QUE O GABARITO OFICIAL ESTÁ MANDITO.**	
31	INDEFERIDO	**O RECURSO DA QUESTÃO 31 ESTÁ INDEFERIDO, POR QUÊ:** **GENTIL E RESPEITOSAMENTE, A BANCA EXAMINADORA INFORMA:** **1.A QUESTÃO 31 CONTÉM 5 INFORMAÇÕES, SENDO (I; II e III) CORRETAS E (IV e V) ERRADAS.** **2. A FALHA GRÁFICA DA INFORMAÇÃO (IV) COMPROVA O SEU ERRO, PORTANTO, NÃO PODE SER CONSIDERADA NA SÉRIE QUE .** **A INFORMAÇÃO (V) CONTÉM A PALAVRA "OBJETO" QUANDO O CORRETO É "O B J E T I V O", PORTA** **MARQUE A ALTERNATIVA RESPONDE AO COMANDO DA QUESTÃO.** **3. VAMOS RELER A QUESÃO 31, COM ATENÇÃO, PARA COMPROVAR QUE APENAS A "ALTERNATIVA A" RESPONDE À QUESTÃO.** **31) Analise as informações** **I. A função social e política da escola vai muito além da transmissão de conteúdos tradicionais, configurando-se como um espaço vital para a formação integral, a socialização e a emancipação crítica dos cidadãos** **II. O processo didático-pedagógico de ensinar e aprender é uma unidade dinâmica e dialética onde a ação intencional do ensino orienta a apropriação consciente do conhecimento pelo aluno.** **III. A gestão escolar e a construção coletiva do Projeto Político-Pedagógico (PPP) formam o eixo central para garantir uma educação de qualidade e a efetivação da gestão democrática nas escolas.** **IV. A gestão escolar limita sua função à Articulação coletiva, para preservar o** **V. No Brasil, o objeto do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, como também seus objetivos específicos são diretrizes**	

		estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e detalhadas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para garantir a formação integral do estudante. **Marque a alternativa com a série correta.** **(A) I; II e III apenas.** **(B) III; IV e V apenas.** **(C) I; III e V apenas.** **(D) I; II e IV apenas.** **(E) I; II; III; IV e V.** **4. EM RAZÃO DOS ESCLARECIMENTOS PERTINENTES E DEVIDAMENTA COMPROVADOS, INFORMAMOS QUE O GABARITO OFICIAL ESTÁ MANDITO.**	

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS / PROFESSOR DE ARTES

Questão	Situação	Justificativa	Alteração
28	DEFERIDO	**O RECURSO DA QUESTÃO 28 ESTÁ DEFERIDO,** **GENTIL E RESPEITOSAMENTE, A BANCA EXAMINADORA INFORMA:** **A CANDIDATA TEM RAZÃO E ESTAMOS EXPLICANDO A SEGUIR.** **1.EXPLICAÇÃO PARA JUSTIFICAR O MOTIVO DA ALTERAÇÃO DO GABARITO PARA A LETRA E. A SEQUÊNCIA CORRETA É (V; V; F)** **As Diversas Linguagens Artísticas:** **Artes Visuais: Pintura, escultura, desenho e fotografia que usam formas e cores.** **Artes Cênicas: Teatro e dança que usam o corpo e o espaço em tempo real.** **Música e Literatura: Sons, ritmos, palavras e poesias que criam imagens mentais.** **Artes Audiovisuais e Digitais: Cinema e arte digital que misturam luz, som e tecnologia.** **2. VAMOS RELER A QUESTÃO 2W8, PARA ENETNDER O MOTIVO DA ALTERAÇÃO DO GABARITO PARA A ALTERNATIVA E.** **28) As linguagens artísticas são formas de expressão humana que usam códigos visuais, sonoros, corporais ou verbais para traduzir emoções e ideias. Elas se dividem em modalidades como: Música. Dança. Teatro. Cinema. Literatura. Artes Visuais. As modalidades são guiadas pela estética e moldadas pelo tempo e pela cultura de cada sociedade.** **(https://app.planejativo.com/estudar/478/resumo/artes-arte-conceitos-modalidades-esteticas-funcoes-e-estados)** **Sobre o conteúdo enunciado, julgue as assertivas com o código V(Verdadeiro) ou F(Falso). Após julgamento, marque a alternativa com a série correta.** **( ) A arte é um meio de comunicação que vai além das palavras. A estética estuda a percepção dos sentidos e a reflexão sobre o belo e sobre a sensibilidade (o que é sensível), definindo como sentimos e julgamos uma obra.** **( ) Os contextos históricos e sociais ensinam que: Toda obra nasce em um contexto próprio. O momento histórico muda o valor e o sentido da criação. A cultura local e a política influenciam o olhar de quem cria e de quem vê.** **( ) As diversas linguagens artísticas contemplam essencial e unicamente: pintura, escultura, desenho e fotografias que usam formas e cores.** **(A) V; V; V.** **(B) V; F; F.** **(C) F; V; F.** **(D) F; V; V.** **(E) V; V; F.** **GABARITO ALTERADO PARA A LETRA E.**	GABARITO ALTERADO PARA ALTERNATIVA (E)
33	INDEFERIDO	**O RECURSO DA QUESTÃO 33 ESTÁ INDEFERIDO,**	

		GENTIL E RESPEITOSAMENTE, A BANCA EXAMINADORA INFORMA: **1. A QUESTÃO FOI ELABORADA COM OS DADOS TÉCNICOS PEDAGÓGICOS, INEXISTINDO MOTIVO PARA CONTEXTAÇÃO.** **2. NÃO EXISTE MOTIVO PLAUSÍVEL PARA PEDIR ANULAÇÃO DA QUESTÃO. VAMOS ÀS EXPLICAÇÕES TEÓRICAS:** A informação está correta no contexto normativo e legal de equivalência de termos educacionais no Brasil (especialmente com base na LDB alterada e nas diretrizes do Conselho Nacional de Educação), mas **não são sinônimos conceituais** dentro da estrutura pedagógica da BNCC (Base Nacional Comum Curricular). Entenda as duas perspectivas: **1. Por que a afirmação pode ser considerada CORRETA (Equivalência legal/normativa)** **Equivalência na legislação:** Em debates legais e regulatórios (como na aplicação de normas do CNE e na relação entre a LDB e o Plano Nacional de Educação - PNE), as expressões costumam ser tratadas como equivalentes quanto ao seu papel de definir as finalidades e os direitos fundamentais da educação básica. **Garantia de direito:** Ensinar por meio de competências e habilidades cumpre o propósito de assegurar os "direitos e objetivos de aprendizagem" previstos para os estudantes. **2. Por que os termos SÃO DIFERENTES na prática pedagógica (BNCC)** Embora a legislação faça essa equiparação macro, na prática da BNCC: **Direitos de aprendizagem** (muito marcados na Educação Infantil) garantem que a criança possa conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. **Objetivos de aprendizagem** definem o que os alunos devem aprender em cada etapa. **Competência** é a mobilização mais ampla de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida. (A BNCC estabelece 10 competências gerais). **Habilidade** é algo mais específico, tangível e associado a verbos de ação (ex: *identificar*, *analisar*, *comparar*), que dá suporte ao desenvolvimento das competências. (https://www.google.com/search?q=+express%C3%A3o+%E2%80%9CCompet%C3%AAncias+e+habilidades%E2%80%9D+equivale+%C3%A0+express%C3%A3o+) (https://revistaeducacao.com.br/2018/10/05/bncc-competenciasgerais/) (https://pedagogiadescomplicada.com.br/competencias-e-habilidades-propostas-pela-bncc-para-educacao-infantil-e-ensino-fundamental-bncc-2023/) **3. VAMOS RELER A QUESTÃO 33, COM CALMA E ATENÇÃO, PARA ENTENDER QUE O GABARITO OFICIAL SÓ PODE SER A INFORMAÇÃO DA ALTERNATIVA E.** **33) A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) define competência como a mobilização de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para resolver demandas da vida real. As habilidades representam o que o aluno deve saber fazer (práticas e cognitivas). O foco é a formação integral do estudante em todas as etapas da educação básica.** **(https://pedagogiadescomplicada.com.br/competencias-e-**	

		habilidades-propostas-pela-bncc-para-educacao-infantil-e-ensino-fundamental-bncc-2023/) **A expressão "Competências e habilidades" equivale à expressão: _____.** **(A) "atitudes e valores".** **(B) "aprendizagem e desenvolvimento".** **(C) "período de escolarização".** **(D) "processos de ensino".** **(E) "direitos e objetivos de aprendizagem".** **4. EM RAZÃO DAS CONSIDERAÇÕES FEITAS E DE EXPLICAÇÕES DEVIDAMENTE COMPROVADAS, INFORMAMOS QUE O GABARITO OFICIAL É (LETRA E).**	

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS / PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Questão	Situação	Justificativa	Alteração
31	DEFERIDO	Recurso procede por erro na elaboração da questão.	ANULADA

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS / PROFESSOR DE HISTÓRIA

Questão	Situação	Justificativa	Alteração
28	DEFERIDO	**O RECURSO DA <u>QUESTÃO 28</u> ESTÁ DEFERIDO, O GABARITO ESTÁ ALTERADO PARA A "<u>ALTERNATIVA A</u>".** **GENTIL E RESPEITOSAMENTE, A BANCA EXAMINADORA INFORMA QUE NÃO EXISTE MOTIVO PLAUSÍVEL PARA ANULAÇÃO DA <u>QUESTÃO 28</u>, UMA VEZ QUE A REVISÃO FOI FEITA E QUE O GABARITO FOI ALTERADO PARA A "<u>ALTERNATIVA A</u>".** I. Esse resumo reflete com precisão os marcos centrais da evolução humana. O processo de hominização (ou evolução humana) é marcado por uma série de adaptações biológicas e comportamentais interdependentes, o que demonstra a afirmativa correta, pois demonstra que as inovações evoluem e refletem num processo de progresso e diferenciação entre os homens ee outros primatas. II. Essa transição da fase nômade para o sedentarismo e a complexificação social representa um dos momentos mais cruciais da história humana. O que começou como uma resposta adaptativa às mudanças ambientais alterou completamente a nossa trajetória biológica, social e cultural, estando então, a afirmativa correta. A afirmativa, coloca de forma correta as eras geológicas e a evolução humana, no processo de evolução e de adaptação com hierarquia acontecendo de forma gradual e real. III. O termo "Mesolítico" não é utilizado para a pré-história brasileira, embora a datação de 12 mil anos e a importância da Serra da Capivara estejam corretas. Em razão da literatura não precisar essa era geológica, embora o Brasil tenha vivido todas as eras, mas não se relacionar com precisão, anular-se este item. 28) Sobre o processo de humanização e a dinâmica da formação da sociedade humanas na Pré-história, analise: I. No processo de humanização, houve adaptações evolutivas como o bipedalismo e o aumento do cérebro, culminando no Homo sapiens há 300 mil anos, com inovações como o uso de ferramentas e fogo que diferenciam humanos de outros primatas. II. Na formação de sociedades evoluíram das bandas nômades de caçadores-coletores no Paleolítico a aldeias sedentárias no Neolítico (Revolução Agrícola, há 10 mil anos), impulsionada por mudanças climáticas e domesticação de plantas/animais, levando a hierarquias e especializações laborais. III. Na dinâmica pré-histórica, houve transições como o Mesolítico (pós-Era do Gelo) que facilitaram adaptações regionais, com evidências no Brasil datando de 12 mil anos, destacando pinturas rupestres e sítios como Serra da Capivara.	GABARITO ALTERADO PARA ALTERNATIVA (A)

		Está (ão) correta (s): (A) I e II, apenas (B) II e III, apenas. (C) II, apenas. (D) I e III, apenas. (E) I, II e III. **"O GABARITO FOI ALTERADO PARA A "ALTERNATIVA A")**	

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS / PROFESSOR(A) FUNDAMENTAL I / PROFESSOR(A) EDUCAÇÃO INFANTIL / PROFESSOR(A) DE CRECHE PEDAGOGO(A):

Questão	Situação	Justificativa	Alteração
26	INDEFERIDO	**O RECURSO DA QUESTÃO 26 ESTÁ INDEFERIDO, POR QUÊ:** **GENTIL E RESPEITOSAMENTE, A BANCA EXAMINADORA INFORMA:** **1. A QUESTÃO 26 ESTÁ ELABORADA COM QUATRO INFORMAÇÕES SOBRE A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 E TODAS ESTÃO ABSOLUTAMENTE CORRETAS.** **2. NÃO EXISTE MOTIVO PARA QUESTIONAMENTO, POR SE TRATAR DE INTERPRETAR O QUE ESTÁ ESCRITO NO ART.205.** **O artigo 205 da Constituição Federal de 1988 estabelece que a educação é um direito de todos e um dever do Estado e da família, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade.** (https://www.jusbrasil.com.br/topicos/1241734/artigo-205-da-constituicao-federal-de-1988) **Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.** (https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) **3. RECOMENDA-SE UMA RELEITURA ATENTA DA QUESTÃO 26, PARA COMPROVAR A IMPORTÂNCIA DE ENTENDER O QUE ESTÁ ESCRITO NO Art. 205.** **26) A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece a educação como um direito fundamental e social de todos, além de ser dever do Estado e da família.** **(https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/revjuridica/article/download/2268...)** **Nessa dimensão, analise as assertivas com o código V(Verdadeiro) ou F(Falso). Em seguida, marque a alternativa correta.** **( ) O direito à educação é um direito fundamental e social garantido a todas as pessoas para o desenvolvimento humano, a cidadania e a qualificação profissional. .** **( ) A Constituição Federal de 1988 foi um marco histórico porque transformou a educação em um direito fundamental de todos os cidadãos e em um dever compartilhado entre o Estado e a família** **( ) A Constituição Federal de 1988 estabeleceu a educação como um direito fundamental de todos e um dever compartilhado entre o Estado, a família e a sociedade.** **( ) Os artigos 205 e 208 da Constituição Federal de 1988 definem a educação como um direito fundamental de todos e**	

		estabelecem as obrigações específicas do Estado para garantir o acesso e a permanência na escola. **(A) V; V; V; F.** **(B) F; V; V; V.** **(C) V; V; F; V.** **(D) F; V; V; F.** **(E) V; V; V; V.** **4. EM RAZÃO DOS ESCLARECIMENTOS PERTINENTES E DEVIDAMENTA COMPROVADOS, INFORMAMOS QUE O GABARITO OFICIAL ESTÁ MANDITO.**	
29	INDEFERIDO	**O RECURSO DA QUESTÃO 29 ESTÁ INDEFERIDO, POR QUÊ:** **GENTIL E RESPEITOSAMENTE, A BANCA EXAMINADORA INFORMA:** **1.A QUESTÃO 29 ESTÁ ELABORADA COM QUATRO INFORMAÇÕES SOBRE A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 E (I; II E III) ESTÃO CORRETAS.** **1.1 – A INFORMAÇÃO (IV) ESTÁ INCORRETA, PORQUE O ART. 207 E ART.209 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 NÃO TRATAM DO QUE ESTÁ ENUNCIADO NA INFORMAÇÃO (IV).** **2. VEJAMOS OS DOIS ARTIGOS: 207 E 209:** **Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. (EC no 11/96)** **§ 1º É facultado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei.** **§ 2º O disposto neste artigo aplica-se às instituições de pesquisa científica e tecnológica.** **(https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf)** **Art. 209. O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:** **I–cumprimento das normas gerais da educação nacional;** **II–autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público.** **(https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf)** **3. É IMPORTANTE RELER A QUESTÃO 29, COM CALOMA E ATENÇÃO, PARA ENTENDER QUE QUE A "ALTERNATIVA C" – É A ÚNICA QUE RESPONDE AO COMANDO DA QUESTÃO.** **29) No Brasil, os fundamentos legais da Educação Inclusiva estruturam-se em um conjunto de marcos normativos que garantem o direito universal à escolarização na rede regular de ensino e à oferta obrigatória do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Os principais marcos normativos (legais e constitucionais) são: Constituição Federal de 1988. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996). Lei Brasileira de Inclusão - LBI (Lei nº 13.146/2015).** **Considerando que a Constituição Federal de 1988 estabelece que o Estado deve garantir o atendimento educacional especializado aos**	

		portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino, analise as informações a seguir: **I. Direito universal: O Artigo 205 define a educação como um direito de todos e um dever do Estado e da família.** **II. Igualdade de condições: O Artigo 206, inciso I, garante a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola.** **III. Atendimento especializado: O Artigo 208, inciso III, assegura o Atendimento Educacional Especializado (AEE), colocando a escola regular como a prioridade para a inclusão.** **IV. Definição da Educação Especial como uma modalidade de ensino transversal que deve ocorrer, preferencialmente, na rede regular, oferecendo apoios necessários para atender às especificidades dos estudantes. (Art. 207 e Art. 209)** **Marque a alternativa com a série correta.** **(A) I; II; III e IV.** **(B) II e IV apenas.** **(C) I; II e III apenas.** **(D) I; III e IV apenas.** **(E) I; II e IV apenas.** **4. EM RAZÃO DOS ESCLARECIMENTOS PERTINENTES E DEVIDAMENTA COMPROVADOS, INFORMAMOS QUE O GABARITO OFICIAL ESTÁ MANDITO.**	
31	INDEFERIDO	**O RECURSO DA QUESTÃO 31 ESTÁ INDEFERIDO, POR QUÊ:** **GENTIL E RESPEITOSAMENTE, A BANCA EXAMINADORA INFORMA:** **1.A QUESTÃO 31 CONTÉM 5 INFORMAÇÕES, SENDO (I; II e III) CORRETAS E (IV e V) ERRADAS.** **2. A FALHA GRÁFICA DA INFORMAÇÃO (IV) COMPROVA O SEU ERRO, PORTANTO, NÃO PODE SER CONSIDERADA NA SÉRIE QUE.** **A INFORMAÇÃO (V) CONTÉM A PALAVRA "OBJETO" QUANDO O CORRETO É "O B J E T I V O", PORTA** **MARQUE A ALTERNATIVA RESPONDE AO COMANDO DA QUESTÃO.** **3. VAMOS RELER A QUESÃO 31, COM ATENÇÃO, PARA COMPROVAR QUE APENAS A "ALTERNATIVA A" RESPONDE À QUESTÃO.** **31) Analise as informações** **I. A função social e política da escola vai muito além da transmissão de conteúdos tradicionais, configurando-se como um espaço vital para a formação integral, a socialização e a emancipação crítica dos cidadãos** **II. O processo didático-pedagógico de ensinar e aprender é uma unidade dinâmica e dialética onde a ação intencional do ensino orienta a apropriação consciente do conhecimento pelo aluno.** **III. A gestão escolar e a construção coletiva do Projeto Político-Pedagógico (PPP) formam o eixo central para garantir uma educação de qualidade e a efetivação da gestão democrática nas escolas.** **IV. A gestão escolar limita sua função à Articulação coletiva, para preservar o**	

		V. No Brasil, o objeto do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, como também seus objetivos específicos são diretrizes estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e detalhadas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para garantir a formação integral do estudante. **Marque a alternativa com a série correta.** **(A) I; II e III apenas.** **(B) III; IV e V apenas.** **(C) I; III e V apenas.** **(D) I; II e IV apenas.** **(E) I; II; III; IV e V.** **4. EM RAZÃO DOS ESCLARECIMENTOS PERTINENTES E DEVIDAMENTA COMPROVADOS, INFORMAMOS QUE O GABARITO OFICIAL ESTÁ MANDITO.**	

ETICA NO SERVIÇO PÚBLICO / SUPERIOR

Questão	Situação	Justificativa	Alteração
35	INDEFERIDO	**O RECURSO DA QUESTÃO 35 ESTÁ INDEFERIDO, POR QUÊ:** **GENTIL E RESPEITOSAMENTE, A BANCA EXAMINADORA INFORMA:** **1.A QUESTÃO 35 ESTÁ ESTRUTURADA COM OS DADOS DO Art. 1º DA Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.** **2. VAMOS APRESENTAR A TRANSCRIÇÃO DO ART. 1º DA LEI** Nº 8.429, **DE 2 DE JUNHO DE** 1992, **UTILIZADA PARA A ELABORAÇÃO DA QUESTÃO 35.** **Art. 1º O sistema de responsabilização por atos de improbidade administrativa tutelará a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções, como forma de assegurar a integridade do patrimônio público e social, nos termos desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)** **Parágrafo único. (Revogado). (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)** **§ 1º Consideram-se atos de improbidade administrativa as condutas dolosas tipificadas nos arts. 9º, 10 e 11 desta Lei, ressalvados tipos previstos em leis especiais. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)** **§ 2º Considera-se dolo a vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito tipificado nos arts. 9º, 10 e 11 desta Lei, não bastando a voluntariedade do agente. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)** **§ 3º O mero exercício da função ou desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)** **§ 4º Aplicam-se ao sistema da improbidade disciplinado nesta Lei os princípios constitucionais do direito administrativo sancionador.** (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021) § 5º Os atos de improbidade violam a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções e a integridade do patrimônio público e social dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como da administração direta e indireta, no âmbito da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021) **3. VAMOS RELER A QUESTÃO 35, COM CALMA E ATENÇÃO PARA COMPROVAR QUE O § 4º NÃO ESTÁ CORRETAMENTE TRANSCRITO.** 35) A Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade	

		administrativa, de que trata o §4º do art. 37 da Constituição Federal e dá outras providências. (Redação dada pela Lei nº14.230, de 2021) (https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8429.htm) Analise os Parágrafos que integram o Art. 1º da Lei enunciada e marque a alternativa que está com transcrição incorreta. **Art. 1º** O sistema de responsabilização por atos de improbidade administrativa tutelará a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções, como forma de assegurar a integridade do patrimônio público e social, nos termos desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021) (A) § 1º Consideram-se atos de improbidade administrativa as condutas dolosas tipificadas nos arts. 9º, 10 e 11 desta Lei, ressalvados tipos previstos em leis especiais. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021) (B) § 2º Considera-se dolo a vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito tipificado nos arts. 9º, 10 e 11 desta Lei, não bastando a voluntariedade do agente. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021) (C) § 3º O mero exercício da função ou desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021) (D) § 4º Aplicam-se ao sistema das probidades disciplinado nesta Lei os princípios e as diretrizes constitucionais do direito administrativo sancionador. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021). (E) § 5º Os atos de improbidade violam a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções e a integridade do patrimônio público e social dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como da administração direta e indireta, no âmbito da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021) **4. EM RAZÃO DAS COMPROVAÇÕES FEITAS SOBRE A INCORREÇÃO DA TRANSCRIÇÃO DO 4º § DA LEI ENUNCIADA NA ELABORAÇÃO DA QUESTÃO 35, INFORMAMOS QUE O GABARITO OFICIAL ESTÁ MANTIDO.**	

LÍNGUA PORTUGUESA / ENSINO MÉDIO

Questão	Situação	Justificativa	Alteração
02	INDEFERIDO	**O RECURSO DA QUESTÃO 02 ESTÁ INDEFERIDO, POR QUÊ:** **GENTIL E RESPEITOSAMENTE, A BANCA EXAMINADORA INFORMA:** **1. A QUESTÃO 02 (EM ANÁLISE) TRATA DA FIGURA DE LINGUAGEM "ANÁFORA"** **Anáfora tem dois significados principais: na gramática, é um recurso de coesão que retoma um termo já citado no texto; na literatura, é uma figura de linguagem que consiste na repetição de uma palavra ou expressão no início de frases ou versos para dar ênfase.** **(https://www.todamateria.com.br/anafora/)** **(https://www.soportugues.com.br/anafora/)** **(https://www.educamaisbrasil.com.br/anafora/)** **(https://www.escolakids.com.br/anafora/)** **(https://www.kumon.com.br/anafora/)** **1. 1.SUGERIMOS QUE O/A IMPETRANTE DO RECURSO CONSULTE, PESQUISE E ESTUDE EM TÍTULOS BIBLIOGRÁFICOS DA GRAMATICA NORMATIVA DA LÍNGUA PORTUGUESA – (NGB) – NOMENCLATURA GRAMATICAL BRASILEIRA.** **1.1.1.Novíssima Gramática da Língua Portuguesa – CEGALLA, Domingos Paschoal.** **1.1.2.Moderna Gramática Portuguesa** - Evanildo Bechara. **1.1.3.Gramática Normativa da Língua Portuguesa** - Carlos Henrique da Rocha Lima. **1.1.4.Nova Gramática do Português Contemporâneo** - Celso Cunha e Lindley Cintra. **1.1.5. Gramática da Língua Portuguesa: Manual de Estudos** - Pasquale Cipro Neto e Ulisses Infante. 1.1.6. **Nova Gramática da Língua Portuguesa para Concursos** - Rodrigo Bezerra. **2. EXEMPLOS DE ANÁFORA:** ***2.1. É pau, é pedra, é o fim do caminho,*** ***É um resto de toco, é um pouco sozinho.*** ***É um caco de vidro, é a vida, é o Sol,*** ***É a noite, é a morte, é o laço, é o anzol.*(Letra Águas de março – Tom Jobim)** **2.2. Sino de Belém** **Sino da Paixão** **Sino de Belém** **Sino da Paixão**	

		Sino do Bonfim **Sino da Bonfim (Manuel Bandeira)** **2.3. (1º§)** O livro atua **(2º§)** O livro atua **(3º§)** O livro atua **3. VAMOS RELER O TEXTO E A QUESTÃO, COM CALMA E ATENÇÃO, PARA ENTENDER QUE A QUESTÃO ESTÁ ABSOLUTAMENTE CORRETA.** **02) As figuras de linguagem são recursos expressivos usados para tornar a comunicação mais rica, emotiva ou criativa. Elas alteram o sentido literal das palavras, a estrutura das frases ou a sonoridade do texto. (Novíssima Gramática da Língua Portuguesa – CEGALLA, Domingos Paschoal.)** **Após as informações teóricas que você acabou de ler nesta questão, marque a alternativa que identifica a figura de linguagem da oração que inicia alguns parágrafos do texto: "O livro atua".** **(A) Eufemismo.** **(B) Pleonasmo vicioso.** **(C) Silepse.** **(D) Hipérbole.** **(E) Anáfora.** **4. EM RAZÃO DAS CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS CONTIDAS NA ESTRUTURA DA QUESTÃO 02 COM EXPLICAÇÕES E DIVERSAS FONTES BIBLIOGRÁFICAS APRESENTADAS, INFORMAMOS QUE O GABARITO OFICIAL ESTÁ MANTIDO.**	

ETICA NO SERVIÇO PÚBLICO / ENSINO MÉDIO

Questão	Situação	Justificativa	Alteração
29	INDEFERIDO	**O RECURSO DA QUESTÃO 29 ESTÁ INDEFERIDO, POR QUÊ:** **GENTIL E RESPEITOSAMENTE, A BANCA EXAMINADORA INFORMA:** **1.EXISTEM TRÊS INFORMAÇÕES QUE CONSTROEM A QUESTÃO 29 E TODAS ESTÃO ABSOLUTAMENTE CORRETA.** **2. EXPLICAÇÃO:** Os pilares fundamentais da ética (muito estruturados na tradição filosófica e nos princípios universais de convivência e do principialismo) sustentam-se sobre quatro grandes eixos de orientação da conduta humana: **(https://mundoeducacao.uol.com.br/filosofia/etica.htm)** **Princípio da Autonomia:** O direito e a capacidade de cada indivíduo de governar sua própria vida, tomar decisões conscientes e exercer sua liberdade, desde que não prejudique a liberdade dos outros. **Princípio da Beneficência:** O dever moral de agir em benefício do próximo, promovendo o bem-estar, a melhoria da qualidade de vida e o auxílio a quem precisa. **Princípio da Não Maleficência:** A obrigação fundamental de **não causar dano** intencional, evitando ações que tragam prejuízos, sofrimentos ou destruição aos outros. **Princípio da Justiça:** A exigência de equidade e imparcialidade, garantindo que os recursos, deveres e direitos sejam distribuídos de forma justa e sem discriminação. **(https://mundoeducacao.uol.com.br/filosofia/etica.htm)** **3. VAMOS RELER A QUESTÃO 29 COM CALMA E ATENÇÃO, PARA ENTENDER QUE AS TRÊS INFORMAÇÕES ESTÃO ABSOLUTAMENTE CORRETAS.** 29) Ética e democracia são os pilares fundamentais para o exercício pleno da cidadania, garantindo que direitos e deveres coexistam em harmonia em uma sociedade justa. Exercer a cidadania significa participar ativamente da sociedade, conhecendo seus direitos e deveres com base nas dimensões da vida em comunidade. (https://blog.grancursosonline.com.br/resumo-a-respeito-do-tema-etica-e-democracia-exercicio-da-cidadania/) Com base no conteúdo enunciado, analise as informações com o código V(Verdadeiro) ou F(Falso). Em seguida, marque a série correta. ( ) A Ética contempla entre os seus pilares fundamentais: Autonomia. Beneficência. Justiça. ( ) A cidadania moderna reconhece os pilares: Direitos Civis. Direitos Políticos. Direitos Sociais. ( ) Os direitos civis garantem as liberdades individuais e a proteção perante a lei; incluem o direito à vida, à liberdade de expressão, de locomoção e de crença. (A) V; V; V. (B) F; V; V.	

		(C) V; V; F. (D) V; F; V. (E) F; F; V. **4. EM RAZÃO DAS EXPLICAÇÕES DEVIDAMENTE COMPROVADAS, INFORMAMOS QUE O GABARITO OFICIAL ESTÁ CORRETO E ESTÁ MANTIDO.**	

ETICA NO SERVIÇO PÚBLICO / ENSINO FUNDAMENTAL

Questão	Situação	Justificativa	Alteração
24	INDEFERIDO	**O RECURSO DA QUESTÃO 24 ESTÁ INDEFERIDO, POR QUÊ:** **GENTIL E RESPEITOSAMENTE, A BANCA EXAMINADORA INFORMA:** **1.EXISTEM TRÊS INFORMAÇÕES QUE CONSTROEM A QUESTÃO 24 E TODAS ESTÃO ABSOLUTAMENTE CORRETA.** **2. EXPLICAÇÃO:** Os pilares fundamentais da ética (muito estruturados na tradição filosófica e nos princípios universais de convivência e do principialismo) sustentam-se sobre quatro grandes eixos de orientação da conduta humana: **(https://mundoeducacao.uol.com.br/filosofia/etica.htm)** **Princípio da Autonomia:** O direito e a capacidade de cada indivíduo de governar sua própria vida, tomar decisões conscientes e exercer sua liberdade, desde que não prejudique a liberdade dos outros. **Princípio da Beneficência:** O dever moral de agir em benefício do próximo, promovendo o bem-estar, a melhoria da qualidade de vida e o auxílio a quem precisa. **Princípio da Não Maleficência:** A obrigação fundamental de **não causar dano** intencional, evitando ações que tragam prejuízos, sofrimentos ou destruição aos outros. **Princípio da Justiça:** A exigência de equidade e imparcialidade, garantindo que os recursos, deveres e direitos sejam distribuídos de forma justa e sem discriminação. **(https://mundoeducacao.uol.com.br/filosofia/etica.htm)** **3. VAMOS RELER A QUESTÃO 24 COM CALMA E ATENÇÃO, PARA ENTENDER QUE AS TRÊS INFORMAÇÕES ESTÃO ABSOLUTAMENTE CORRETAS.** 24) Ética e democracia são os pilares fundamentais para o exercício pleno da cidadania, garantindo que direitos e deveres coexistam em harmonia em uma sociedade justa. Exercer a cidadania significa participar ativamente da sociedade, conhecendo seus direitos e deveres com base nas dimensões da vida em comunidade. (https://blog.grancursosonline.com.br/resumo-a-respeito-do-tema-etica-e-democracia-exercicio-da-cidadania/) Com base no conteúdo enunciado, analise as informações com o código V(Verdadeiro) ou F(Falso). Em seguida, marque a série correta. ( ) A Ética contempla entre os seus pilares fundamentais: Autonomia. Beneficência. Justiça. ( ) A cidadania moderna reconhece os pilares: Direitos Civis. Direitos Políticos. Direitos Sociais. ( ) Os direitos civis garantem as liberdades individuais e a proteção perante a lei; incluem o direito à vida, à liberdade de expressão, de locomoção e de crença. (A) V; V; V. (B) F; V; V.	

		(C) V; V; F. (D) V; F; V. (E) F; F; V. **4. EM RAZÃO DAS EXPLICAÇÕES DEVIDAMENTE COMPROVADAS, INFORMAMOS QUE O GABARITO OFICIAL ESTÁ CORRETO E ESTÁ MANTIDO.**	

Alcobaça – BA, 09 de novembro de 2026.

Banca Examinadora do Processo Seletivo Simplificado